

Limites políticos de um projeto intelectual para a integração dos povos do Novo Mundo: o Primeiro Congresso Internacional de História da América (1922)

Political limits of an intellectual project for the integration of New World peoples: the First International Congress of History of the America (1922)

Lúcia Maria Paschoal Guimarães

(...) assembléias como essa, são certamente mais ainda que as relações diplomáticas e os tratados de paz, o melhor meio das nações americanas formarem entre si uma consciência comum...
(Max Fleiüss, 1922)¹.

A reflexão acima transcrita, de autoria de Max Fleiüss (1868-1943), integra o *Relatório* das atividades *I Congresso Internacional de História da América*, doravante denominado apenas de *Congresso de História da América*, realizado de 7 a 15 de setembro de 1922, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a propósito das celebrações do centenário da Independência. De acordo com Max Fleiüss, a iniciativa pioneira, por sinal de indiscutível valor historiográfico, ultrapassava o espaço acadêmico, devendo ser também avaliada por sua possível contribuição ao estreitamento das relações internacionais. Fleiüss antecipava-se, assim, a uma concepção firmada formalmente, anos mais tarde, pelo diplomata norte-americano Philip H. Coombs, de que os assuntos culturais, ao lado das questões políticas,

econômicas e militares, constituem o *quarto elemento* da política exterior dos estados modernos².

Essa percepção contemporânea da relevância da diplomacia cultural, que conheceu um grande incremento a partir da década de 1960, analisada inclusive pelo brasileiro Edgard Telles Ribeiro³, há bastante tempo já vinha sendo alvo das atenções dos associados do Instituto Histórico. Para precisarmos melhor, principiara em 1908, pelas mãos do Barão de Rio Branco, na época presidente da *Casa da Memória Nacional*. Naquela ocasião, a pretexto da anunciada visita do rei D. Carlos de Portugal ao Brasil, Rio Branco chegou a planejar uma jornada internacional, reunindo historiadores dos dois países no Instituto, para o exame de temas comuns. À guisa de informação, cabe registrar que projeto só não se concretizou devido ao assassinato do monarca⁴.

De um modo geral, desde meados do século XIX os congressos internacionais vinham se multiplicando na Europa. Dentre as principais metrópoles do Velho Mundo, Paris desempenhou o papel de capital cultural dessas jornadas, não só devido à incidência de eventos ali realizados, inclusive as exposições universais (1878, 1889, 1900), mas também pelo caráter enciclopédico de tais empreendimentos, os quais pretendiam dar conta de todos os campos do conhecimento. A par disso, aquelas iniciativas constituem a gênese de um primeiro movimento de cooperação internacional, uma vez que os representantes oficiais dos países participantes costumavam aproveitar a ocasião para firmar protocolos e acordos, com o objetivo de resolver problemas aduaneiros, sanitários, técnicos e humanitários, adotando, enfim, resoluções de valor normativo⁵.

A decisão do IHGB de convocar um *Congresso de História da América* dava continuidade ao programa de trabalho inaugurado por Rio Branco, quando esteve à frente da *Casa da Memória Nacional*. Mormente no que se refere à preocupação com a problemática americana. Não cabe no momento tecer maiores considerações a respeito da política pragmática desenvolvida por Paranhos Júnior no Ministério das Relações Exteriores, de 1902 a 1912, quando se deslocou o eixo do sistema da política internacional da Chancelaria de Londres para Washington⁶. Entretanto, é importante ressaltar que essa mesma orientação norteou as atividades do Instituto Histórico. Se no século XIX predominaram os vínculos com instituições congêneres

européias, sob a presidência de Rio Branco o reduto intelectual procurou intensificar o intercâmbio com sociedades científicas do Novo Mundo. Ao mesmo tempo, seus quadros sociais passaram a contar com um contingente expressivo de intelectuais, políticos e diplomatas do continente, a exemplo dos argentinos Ramon Carcano, Julio Fernandez e Lucas Ayarragaray, do uruguaio José Salgado, ou ainda do norte-americano Henry Lang. A esses nomes acrescentaram-se, mais tarde, dentre outros, os de Ricardo Levene, de Mariano de Vedia y Mitre, de John Casper Branner e de Theodore Roosevelt.

Por outro lado, o evento convocado para celebrar o centenário da Independência, também aponta para a superação de alguns aspectos da Memória Nacional⁷, forjada no âmbito do próprio Instituto nos anos oitocentos, que privilegiava a herança européia nos fundamentos definidores da identidade do Império, em contraposição à *barbárie* das repúblicas vizinhas do Novo Mundo, como bem evidenciou o Prof. Manoel Luís Salgado Guimarães⁸. O certo é que os organizadores do *Congresso de História da América*, além de promoverem *a aproximação intelectual de todos os países do continente*⁹, pretendiam identificar nos domínios de Clio uma espécie de denominador comum entre Brasil e os demais territórios americanos, (...) *cuja história, na era pré-colombiana, na colonização, na luta pela independência, na evolução geral apresenta numerosos lances idênticos aos da história brasileira*¹⁰, nas palavras do Conde de Afonso Celso, então presidente do IHGB.

O desenvolvimento do sentimento pan-americano, deve-se acrescentar, nem sempre desfrutou de unanimidade nos círculos políticos e letrados brasileiros. Num discurso polêmico, pronunciado na Câmara Federal, na sessão de 6 de outubro de 1915, o Deputado Dunshee de Abranches alertava para o que denominava (...) *o perigo americano e a doutrina Monroe*¹¹, referindo-se aos riscos da preponderância *yankee*, sucessora do imperialismo britânico no continente. Já o escritor Gilberto Amado aparentava inquietações de outra ordem. Parecia mais preocupado com o que denominava de *sinceras intenções dos vizinhos de língua hispânica*, do que com o *perigo* da hegemonia norte-americana. Chegou a afirmar que era preferível o Brasil se reconhecer como: (...) *a 'República mestiça' dos cientistas europeus, que falam a verdade, do que a facilidade vaidosa com que ele se acredita a 'República latina...'*; *'país irmão...'*; *'os irmãos latinos da América...'*; *dos discursos diplo-*

*máticos e das mensagens congratulatórias que são convencionais e insinceras (...). Outro que também olhava com descrença para o futuro da chamada comunidade americana era o socialista Otávio Brandão, que, sem maiores rodeios, afiançava: (...) já é tempo de abrirmos os olhos para as nossas riquezas e confiarmos antes nelas do que nos clássicos empréstimos indecentes ou nas promessas falazes dos nossos pretendidos irmãos latinos...*¹²

Apesar das opiniões contraditórias, o projeto do Instituto Histórico recebeu o apoio do governo brasileiro. Contou, ainda, com o patrocínio da *Pan American Union*, de Washington, entidade precursora da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Comissão Executiva da jornada científica, integrada por brasileiros e estrangeiros e presidida por Ramiz Galvão¹³, elaborou uma programação ampla, que se desdobrava em 30 seções de trabalho. A primeira, dedicada ao estudo da história geral do continente, objetivava oferecer subsídios para o *conhecimento recíproco dos povos que habitam o Novo Mundo*. As demais deveriam abordar, de per si, *todas as partes em que, politicamente, está dividida a América*¹⁴, consoante os seguintes campos da história: história geral; história das explorações geográficas, arqueológicas e etnográficas; história constitucional e administrativa; história econômica; história militar; história literária e das artes¹⁵. A participação no evento estava franqueada a historiadores, geógrafos, sociólogos, literatos e ensaístas. Aqueles que desejassem, respeitado o temário estabelecido pelo Instituto, poderiam inscrever monografias. Exigia-se, contudo, a apresentação de textos inéditos, os quais seriam submetidos à avaliação prévia de um comitê científico, encarregado de emitir parecer quanto ao mérito e à conveniência da sua publicação nos *Anais*.

Complementando as atividades acadêmicas, programou-se uma série de visitas oficiais dos congressistas às principais instituições culturais sediadas no Rio de Janeiro, como a Biblioteca Nacional, Jardim Botânico, Escola Nacional de Belas-Artes e o Museu Nacional. Os representantes estrangeiros, a convite do Instituto Histórico, realizaram, ainda, uma excursão ao Estado de São Paulo, considerado naquela época (...) *o coração do Brasil brasileiro e moderno*¹⁶.

A solenidade de abertura do *Congresso de História da América*, em 8 de setembro de 1922, presidida pelo chefe da Nação — o Dr. Epitácio Pessoa, foi prestigiada por ilustres convidados, destacando-se o Secretário

de Estado dos Estados Unidos da América do Norte, o Dr. Charles Evans Hughes, além de altas autoridades e de representantes do corpo diplomático creditado junto ao governo brasileiro. Ao final daquela sessão magna, inaugurou-se uma *Exposição de Objetos e Documentos da Independência*, pertencentes ao acervo da *Casa da Memória Nacional*¹⁷.

*O evento reuniu cerca de duzentos participantes, sendo oitenta e três oriundos de dezessete diferentes localidades do continente. Esses números constituem um indicativo de que a convocação do Instituto obtivera uma resposta positiva nos círculos intelectuais americanos*¹⁸. *As delegações mais numerosas provinham das Republicas da Argentina e dos Estados Unidos, respectivamente, com vinte e dezesseis integrantes, na sua maioria professores do corpo docente de tradicionais estabelecimentos universitários. Nas demais representações preponderaram membros de academias científicas, militares e diplomatas. Do Velho Mundo, compareceram congressistas oriundos da Suíça, da Inglaterra e da França. Neste último caso, salienta-se o Professor Ernest de Martinenche, do Ministério da Instrução Pública, prefaciador da edição francesa da obra Formação histórica da nacionalidade brasileira, de Manuel de Oliveira Lima, outra eminente figura da Casa da Memória Nacional*¹⁹.

Os sintomas dessa acolhida favorável transpareceriam também nas inúmeras manifestações de apoio à iniciativa do Instituto, a começar pelo discurso do representante extraordinário da Argentina, o Dr. Ricardo Levene, que destacou no contexto intelectual sul-americano o papel ímpar desempenhado pelo IHGB, em cujo quadro social, dentre outros ilustres conterrâneos, ingressara o General Bartolomeu Mitre, o fundador da moderna historiografia argentina e idealizador da Junta de História e Numismática Americana de Buenos Aires²⁰. O Dr. Levene salientou, ainda, que o grêmio do Rio de Janeiro e sua *Revista*, desde a sua criação, vinham servindo de modelo para entidades similares nos países vizinhos, a exemplo da referida Junta de História, e do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, estabelecido por Mitre e D. André Lamas, em 1843²¹.

Do ponto de vista das relações internacionais, o certame constituiu-se num sucesso. Segundo o General Cuervo Marquez, da Academia de História de Bogotá, (...) *el Congreso, llamado por su indole a dar mayor intensidad a las relaciones de franca amistad que hoy legan a las naciones de nuestro Continente, y a estimular el sentimiento de americanismo...*²². Dos mesmos

sentimentos partilhava o professor peruano Pedro Dulanto, da Universidad Mayor de San Marcos de Lima, que qualificou o encontro (...) *de incalculable significación para la necesaria solidaridad espiritual de América*²³. Opinião semelhante apareceria externada no comunicado conjunto, expedido pelos delegados canadenses: (...) *sedimentara-se o caminho intelectual entre nações irmãs, todas as quais têm em vista os mesmos ideais*²⁴.

No que âmbito acadêmico, o *Congresso Internacional* também deixou um saldo promissor. Apresentaram-se cento e quinze comunicações. Nos *Anais do Congresso Internacional de História da América*, publicação composta por nove alentados volumes, acham-se divulgados noventa e nove trabalhos, um terço dos quais assinados por autores estrangeiros. Não pretendemos nos alongar na análise de conteúdo de todas as comunicações editadas nos *Anais*. Trata-se de um material bastante heterogêneo. Para se ter uma idéia da diversidade dos temas tratados, basta dizer que na seção destinada às comunicações de *História Geral* encontramos desde estudos arqueológicos sobre as sociedades pré-colombianas²⁵, até ensaios sobre a natureza das práticas diplomáticas, na resolução de questões concernentes à demarcação de fronteiras nos países do sul do continente²⁶, passando por dissertações que contemplavam a atuação da Inquisição no Novo Mundo.

Contudo, observamos que, consoante à filosofia expressa pelos organizadores do *Congresso Internacional*, alguns pesquisadores procuraram privilegiar problemáticas comuns aos países americanos. Neste sentido, o grande destaque coube à delegação estadunidense. As contribuições, ao que tudo indica, foram preparadas com o propósito de realçar as evidências dos laços de amizade entre o Brasil e os Estados Unidos nos últimos cem anos, conforme as palavras do Prof. Herbert Harris, da Universidade de Princeton: (...) *A mutual understanding of common or similar conditions of national development tends to increase the strength of the ties that bind peoples together in sympathy and fraternity. (...), is a very helpful contribution to this phase of mutual understanding*²⁷.

A esse respeito, vale acrescentar que o estudo intitulado *Minas Gerais and Califórnia: a comparison of certain phases of their historical and social evolution*, de autoria do Prof. Percy Alvin Martin, da Universidade de Stanford, principiava com um extenso preâmbulo lembrando que o governo norte-americano tivera a primazia no reconhecimento da independência

brasileira. Somente após esta nota introdutória, que fazia referência, inclusive, à aliança estabelecida entre os dois países, *champions of freedom and democracy*, por ocasião da Primeira Grande Guerra, o Prof. Martin abordou o seu objeto de pesquisa, ou seja, a análise comparada entre os desdobramentos políticos e sociais da descoberta do ouro em Minas Gerais no século XVII, com um movimento similar, ocorrido cento e cinquenta anos mais tarde nos Estados Unidos, a chamada *febre do ouro* da Califórnia, identificando em ambos os casos pontos comuns e contrastes²⁸.

Por sua vez, a Dr^a Mary Wilhelmine Williams (Goucher College/ Maryland), na monografia *The treatment of negro slaves in the Brazilian Empire: A comparison with the United States of America*, examinou as condições do trabalho servil no Novo Mundo, por meio do cotejo entre o tratamento dispensado aos cativos no Brasil e nos Estados Unidos²⁹. Concluiu, apoiada em diversas estatísticas, que nos dois países as semelhanças superavam de muito as diferenças, embora no caso brasileiro os libertos tivessem maiores possibilidades de ascensão social³⁰.

Outros dois estudiosos *yankees* dedicaram-se a examinar temas pontuais, envolvendo o relacionamento entre Brasil e Estados Unidos: o Prof. Andrew N. Cleven (Universidade de Pittsburg e American Historical Association) abordou as atividades diplomáticas do General James Watson Weeb, na Corte do Rio de Janeiro, por meio do exame do rumoroso incidente do navio *Alabama*, que pertencia à frota dos Confederados e fez escalas de abastecimento em portos do Nordeste brasileiro³¹. Já o Dr. Charles Lyon Chandler (Universidade de Harvard e Florida Historical Association) discorreu sobre questões mais amenas, oferecendo um estudo econômico-descritivo das trocas comerciais realizadas entre o seu país e a antiga colônia portuguesa, no período 1798-1812³².

Também trataram das relações continentais os historiadores argentinos Mariano de Vedia y Mitre e Ricardo Levene. O primeiro focalizou o tratado de comércio firmado entre o governo do príncipe regente D. João e o Vice-Reinado do Prata, em 1810, em decorrência da abertura dos portos brasileiros às nações amigas³³, enquanto o segundo privilegiou um aspecto até hoje pouco explorado pela historiografia brasileira, ou seja, o amparo que o Império ofereceu, em diferentes momentos do século XIX, aos perseguidos e dissidentes políticos, afetados por revoltas e conflitos internos na

região platina de um modo geral. Segundo Mariano Mitre, buscaram exílio em terras brasileiras, fixando-se primeiro em Santa Catarina e depois no Rio de Janeiro, dentre outros, o general Paz, Domingo Sarmiento, Rivadávia, Mitre, Jose Marmol e Florêncio Varela, sendo que os dois últimos colaboraram na imprensa carioca³⁴.

Dentre os brasileiros, apesar dos esforços da Comissão Organizadora do IHGB, a opção por temas integradores foi muito restrita. Apenas o jovem Prof. Pedro Calmon, naquela ocasião aspirante a sócio do Instituto, aventurou-se em estabelecer articulações entre a história pátria e a da América. O historiador baiano questionou as possíveis influências do pensamento político norte-americano, nos postulados defendidos pelos implicados na Conjuração Mineira. Concluiu que, malgrado as incontestáveis pretensões republicanas, o ideário dos sediciosos de Vila Rica inspirava-se na *cultura política* francesa. Segundo Calmon, (...) *os inconfidentes conheciam pessimamente cousas e idéias da outra América*.³⁵

Os congressistas patricios, via de regra, voltaram suas atenções para assuntos relativos à história nacional. A problemática americana, contudo, seria tangenciada por quatro comunicações no campo da história militar, que analisaram a atuação da Marinha e do Exército Imperial nas campanhas platinas³⁶. Outras tentativas de integração tomaram como fio condutor a história da exploração de acidentes geográficos comuns ao Brasil e aos países vizinhos, a exemplo de Gregório Taumaturgo de Azevedo e Henrique Santa Rosa, autores, respectivamente, das monografias *História do rio Paraguai* e *História do rio Amazonas*³⁷.

Do ponto de vista dos estudos históricos, a idéia de compartilhar com os países do continente as comemorações do centenário da independência por si só significava romper com a tradição historiográfica oitocentista, eliminando o fosso que apartava o Brasil dos demais estados americanos, realçando a singularidade do Império. Vale aqui lembrar as reflexões de Pereira da Silva, na *História da fundação do Império*, ao afirmar que (...) *de todas as colônias americanas, emancipadas de suas metrópoles, e convertidas em nações independentes, (o Brasil) separava-se em dois pontos importantíssimos, que os costumes, a índole, as tendências, e as tradições portuguesas lhe haviam felizmente legado (...) adotara o regime monárquico (...) e conservava a integridade do solo*³⁸.

Mas a direção do Instituto Histórico ainda iria mais longe, nessa tentativa de aproximação com as nações do Novo Mundo. Na segunda sessão plenária do congresso, o presidente do IHGB, o Conde Afonso Celso, submeteu aos seus pares os fundamentos de um programa de trabalho coletivo, que denominou de *Anteprojeto de bases para a elaboração da História Geral da América*, convidando-os para participar da produção de uma grande síntese da (...) *marcha evolutiva da civilização no continente americano*, acentuando, sobretudo, (...), *os seus pontos comuns*. Os intelectuais do Instituto Histórico incorporavam, enfim, o Brasil à América. A Terra de Santa Cruz já não se constituía mais num corpo estranho, encravado no continente descoberto por Colombo. O projeto de investigação desdobrava-se na escrita de uma obra coletiva, prevista para se dividir em trinta e oito capítulos, contemplando os seguintes temas:

Quadro nº 1

IHGB: Bases para a elaboração da História Geral da América

ANTEPROJETO DE BASES PARA A ELABORAÇÃO DA HISTÓRIA GERAL DA AMÉRICA CAPÍTULOS
1. Pré-história e período anterior ao descobrimento
2. O descobrimento
3. Situação geral ao tempo do descobrimento
4. Os índios
5. Explorações interiores
6. Determinação geográfica do país. Meio físico. Condições naturais.
7. A colonização. O povoamento
8. Relações políticas e administrativas com a metrópole.
9. Invasões estrangeiras no período colonial.
10. Movimento da independência.
11. Raças. Mistura, fusão, conflitos, preconceitos.
12. Tráfico de negros. Escravidão. Abolição.
13. Assembléias Constituintes e Constituições políticas. Revisão ou emenda constitucional.

14. Organização e evolução políticas.
15. Centralização e descentralização. Autonomia local e federalismo.
16. Atribuições e poderes do Governo. Socialismo do Estado.
17. Regime eleitoral. Eleições. Voto.
18. Organização e vida parlamentar. Partidos políticos.
19. Revoluções. Caudilhagem.
20. Relações diplomáticas internacionais.
21. Guerras internacionais.
22. Tendências ou tentativas de federação ou confederação de países. Expansão colonizadora. Imperialismo.
23. Imigração e emigração.
24. Estrangeiros: condições e direitos.
25. Religião e clero: catequese. Liberdade religiosa.
26. Organização e funcionamento da administração civil.
27. Organização militar.
28. Desenvolvimento e problemas econômicos.
29. Situação e questões financeiras.
30. Desenvolvimento industrial. Invenções e descobertas.
31. Questões sociais.
32. Ciências e letras.
33. O direito, a legislação, a justiça.
34. Direitos e garantias individuais.
35. Educação e ensino.
36. Belas-Artes.
37. Vida privada e social. Organização familiar.
38. Recapitulação cronológica.

Fonte: Quadro elaborado com as informações contidas nos anexos à ata da 2ª sessão plena do Congresso Internacional de História da América ³⁹.

Do ponto de vista metodológico, como se pode constatar, a estrutura da obra idealizada pelo IHGB, grosso modo, apoiava-se no modelo de pesquisa esboçado por Langlois & Seignobos, no conhecido livro *Introduction aux études historiques* ⁴⁰. O projeto direcionava-se para a construção de uma *história geral*, capaz de justapor as diferentes *histórias especiais* de cada

país do continente, com a finalidade de estabelecer um quadro conjunto da evolução histórica americana, numa ordem cronológica, desde os tempos pré-colombianos até o final do século XIX.

Alguns dos temas propostos, contudo, mostravam-se bastante arrojados para a historiografia praticada no início do século XX, incorporando as contribuições da geografia, da antropologia, da sociologia e da economia. O capítulo trigésimo-sétimo, por exemplo, destinado ao estudo da *Vida privada e social. Organização familiar*, certamente mereceria os aplausos de Philippe Ariès e Georges Duby, organizadores da conhecida coleção *História da vida privada*⁴¹. Do mesmo modo, vale salientar os capítulos direcionados para os estudos de *Ciências e letras e Belas-Artes* se antecipavam aos objetos que hoje em dia vêm sendo alvo de uma das vertentes da chamada *história cultural*, alimentada pelo conceito de cultura enquanto prática, formulado por Roger Chartier⁴². Aliás, como observa com propriedade o Prof. Ronaldo Vainfas, o movimento historiográfico, iniciado em 1929, pela revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale*, foi em parte injusto com relação a inúmeros historiadores do século XIX e início do XX, que *problematizaram a história em diversos campos do social*⁴³. A observação de Vainfas pode ser estendida à historiografia brasileira contemporânea, originária do meio universitário, onde se percebe grande influência das matrizes teórico-metodológicas daquela *escola francesa*. De um modo simplista, rotula-se de tradicional a produção do início do século.

Seja como for, o programa proposto pelo Instituto Histórico mereceu calorosos aplausos e aprovação unânime da plenária do *Congresso de História da América*, sendo nomeada imediatamente uma comissão internacional, encarregada de emitir parecer sobre a viabilidade do projeto e oferecer sugestões para a sua consecução, formada por Mariano Mitre e Juan Reborá (Argentina), Cuervo Marques (Colômbia), Pedro Dulanto (Peru), Andrew Cleven (Estados Unidos), Soto Hall (Guatemala), Arthur Doughty (Canadá), Carlos Travieso (Uruguai), além dos brasileiros Tavares de Lyra, Aurelino Leal, Levi Carneiro e Jônatas Serrano. A comissão elaborou um plano de trabalho detalhado, acompanhado do respectivo cronograma de atividades, previu os meios de financiamento do arrojado empreendimento editorial, sugerindo que os recursos deveriam ser provenientes dos governos dos países que aderissem ao projeto. Caberia ao Instituto a coordenação geral da

pesquisa e da produção da obra coletiva. As tarefas seriam descentralizadas, com a criação de comitês locais, incumbidos de selecionar os pesquisadores comissionados, supervisionar o andamento das investigações e emitir uma avaliação sobre o seu mérito científico. O prazo para a conclusão dessa fase do trabalho expiraria em março de 1925. Paralelamente, um conjunto de renomados especialistas, oriundos de diversas partes do continente, ficaria encarregado de formular as diretrizes gerais da obra, objetivando dar um caráter uniforme às monografias, sobretudo no que diz respeito às referências bibliográficas, mapas e ilustrações. Este grupo designaria, também, os autores, responsáveis pela redação de cada capítulo, cujo preparo deveria basear-se nas pesquisas aprovadas.

Por fim, agendou-se o encontro das comissões locais com a equipe central, durante as atividades do Segundo Congresso Internacional de História da América, aprazado para realizar-se na cidade de Buenos Aires, em 12 de outubro de 1925. Nesta última etapa, seriam dirimidas possíveis dúvidas, revistos os originais e tomadas as derradeiras providências para a edição da pretendida coletânea.

A busca de uma *evolução histórica* comum dos países do continente americano implicava uma operação denominada hoje em dia por Patrick Hutton de reconstrução consciente de imagens do passado, selecionadas de modo a responder, positivamente, a uma necessidade específica de um determinado contexto histórico, ou seja, pretendia-se construir *a história como uma arte da memória*⁴⁴. Para além disso, poderíamos afirmar que se a dita *comunhão intelectual* deveria constituir-se na via mais promissora para consolidar os princípios políticos da doutrina do pan-americanismo, enquanto que a história se afirmava como fio condutor ideal para legitimá-la.

O projeto da *História Geral da América* teve curto fôlego, apesar dos esforços dos intelectuais brasileiros e de seus confrades do continente. Ao que tudo indica, a iniciativa perdeu-se no cipoal da diplomacia. A Terceira Conferência Internacional de Estudos Americanos, reunida em Havana, em 1926, optou por criar um órgão especial, voltado para cooperação entre as instituições científicas americanas, com o propósito de coordenar, distribuir e divulgar os estudos da história e da geografia do continente — o Instituto Pan-Americano de Geografia e História, sediado na Cidade do México⁴⁵. Assim, passava para a esfera de atuação desse novo organismo dar

andamento ao programa de pesquisa aprovado no *Primeiro Congresso de História da América*. Como prêmio de consolação, restaria ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro promover a assembléia inaugural da recém-criada entidade, em 27 de dezembro de 1932.

A pretendida *História Geral da América*, objetivando a construção de um passado comum aos povos do Novo Mundo, servia de suporte a um projeto de relações interamericanas que privilegiava a esfera política. Porém, à medida que a diplomacia do continente deslocou o seu foco de interesse para o campo econômico, tal respaldo tornou-se desnecessário. A idéia de *comunidade americana* só seria retomada com vigor em uma outra etapa do pan-americanismo, às vésperas da Segunda Guerra Mundial, reforçada pela aliança entre os Estados Unidos e as repúblicas do continente.

Nos tempos atuais, na chamada *era da globalização*, sintomaticamente, o projeto de escrita de uma *História Geral da América* voltou à ordem do dia. Na reunião da Associação Nacional de Pesquisadores de História Latino-Americana e Caribenha (ANPHLAC), realizada em Brasília, em julho de 1996, o Prof. Estêvão de Rezende Martins comunicou aos seus pares a realização de um projeto editorial de grande porte, uma contribuição *historiográfica de fôlego*⁴⁶, a *História Geral da América Latina*, patrocinada pela UNESCO, que, guardadas as devidas proporções, se assemelha ao que fora proposto em 1922 pelo Instituto Histórico. A estrutura da obra prevista para distribuir-se por nove volumes, dispostos em seqüência cronológica, tal como constava no malogrado plano do IHGB, contempla os seguintes títulos: I – Las sociedades originárias; II — El primer contacto y la formación; III — Consolidación del orden colonial; IV — Procesos americanos hasta la redefinición colonial; V – La crisis estructural de las sociedades implantadas; VI — La construcción de las naciones latinoamericanas; VII — Los proyectos nacionales latinoamericanos: su instrumentación y articulación; VIII — América Latina desde 1930; IX – Teoría y metodología en la historia de América Latina⁴⁷.

Segundo Rezende Martins, um dos responsáveis pela organização do nono volume, não se pretende (...) *oferecer uma história verdadeira da América Latina...* A coleção que deverá reunir textos de cerca de 250 colaboradores, duzentos dos quais latino-americanos, objetiva (...) *proporcionar um ponto de apoio orgânico, (...) elaborado cientificamente e exposto metódica-*

*mente, para promover o conhecimento científico das sociedades latino-americanas...*⁴⁸. No seu conjunto, a expectativa é de que esses autores possam fornecer elementos para uma redefinição da identidade latino-americana, numa perspectiva que busca superar certa visão *criolla* de história, atualizando critérios nacionais e nacionalistas, enfim, de abordar a realidade latino-americana como uma totalidade, a partir do jogo dialético entre a unidade e a diversidade⁴⁹. Em que pese a sofisticação da abordagem pretendida, parece que estamos novamente diante de uma tentativa de reconstrução consciente de imagens do passado, selecionadas de modo a responder às demandas específicas do presente, ou seja, dos tempos da globalização, para sermos mais precisos. Voltamos, portanto, à problemática enunciada por Patrick Hutton, ou seja, *da história como arte da memória*.

Até o momento, apenas o primeiro volume da coleção veio a lume, no ano 2000, editado por Teresa Rojas Rabiela, do México, e John Murra, dos Estados Unidos⁵⁰. De qualquer modo, espera-se que a publicação da *História Geral da América Latina*, patrocinada pela UNESCO, seja levada avante. Quem sabe, bafejada pelos ventos da globalização, a obra coletiva não venha a experimentar o mesmo destino adverso do projeto pioneiro apresentado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1922, no *Congresso de História da América*.

ANEXO
IHGB: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA
DA AMÉRICA, 1922.
RELAÇÃO DOS REPRESENTANTES ESTRANGEIROS

País	Representantes	Vinculação institucional
Argentina	Eufrásio Lucas	Governo argentino
	Enrique Loudet	Ateneu Hispano-Americano
	Guillermo Garcia Diaz	Biblioteca Americana
	Mariano de Vedia y Mitre	Fac. de Direito/ Univ. de Buenos Aires
	Enrique Jorge	Fac. de Direito/Univ. de Buenos Aires
	Mário Saenz	Univ. Nacional de Buenos Aires
	José Arce	Univ. Nacional de Buenos Aires
	Emilio Ravignani	Fac. Filosofia/Univ. de Buenos Aires
	Alfredo Palacios	Univ. Nac. de Buenos Aires/Univ. La Plata
	Ricardo Levene	Univ. Nac. de Buenos Aires/Univ. La Plata
	Juan C. Rébora	Junta de História e Numismática /Univ. Nac. de Buenos Aires/Univ. La Plata
	Benito A. Nazar	Univ. Nacional de La Plata
	Anchorena	Univ. Nacional de La Plata
	Enrique Ruiz Guinazu	Junta de História e Numismática
	Salvador Debenedetti	Junta de História e Numismática
	Martin Noel	Junta de História e Numismática
	Herman Gomez	Academia Americana de História
	Miguel Pereyra	Academia Americana de História
	Nicanor Busto	Academia Americana de História
	Francisco V. Silva	Academia de Córdoba
A. Rodriguez Busto	S/Informação	
Romulo de Carbia	Fac. de Humanidades/Univ. de La Plata	
Carlos Correa Luna	Fac. de Direito/ Univ. de Buenos Aires	
Anibal Cardoso	Fac. de Filosofia/Univ de Buenos Aires	
Juan Canter (hijo)	Fac. de Filosofia/Univ. de Buenos Aires	
Jorge Cabral Texo	Fac. de Direito/Univ de Buenos Aires	
Eloi Fariña Nuñez	Fac. de Filosofia/Univ. de Buenos Aires	
J. M. Eizaguirre	Fac. de Filosofia/Univ. de Buenos Aires	
Luís Maria Torres	Fac. de Filosofia/Univ de Buenos Aires	
Bolívia	Carlos Blanco Galindo	Governo
	Alberto Gutierrez	Governo

Canadá	Oscar Skelton Gustave Lanctot Arthur C. Doughty	Univ. de Queen * *
Chile	Tomás Guevara Santez M. Vicuña	Conselho de Instrução do Chile/Univ. Chile Soc. Histórica e Geográfica de Santiago
Colômbia	Carlos Cuervo Marquez Max Grillo	Governo/Academia de História de Bo- gotá Academia de História de Bogotá
Cuba	Enrique Perez Cisneros Carlos A. Rolando	Governo
Equador	Remgio Romero León	Governo
Estados Unidos da América do Norte	Andrew N. Clevon Leon B. Frey William H. Has Isaac John Cox Herman C. James Herbert Harris R. C. Valento Edwin V. Morgan Jesse Knight Charles Chandler Percin Alvin Martin Alfred Coister Horace Williams William Lytle Schurz Walter Hough Mary Wilhelmine Williams	Univ. de Pittsburg/ American Historical Assoc. Univ. da Pensilvania Univ. de Northwestern “ Univ. do Texas Univ. de Princeton “ Univ. Harvard Univ. Harvard Univ. Harvard/ Florida Historical Society/ American Historical Association Univ. Stanford “ “ Univ. Califórnia Smithsonian Institution Goucher College/Maryland
França	Ernest Martinenche Prof. Le Gentil Jules Claine	Ministério da Instrução Pública Ministério da Instrução Pública Sociedade dos Americanistas de Paris
Grã-Bretanha	John Tilley	Governo

Guatemala	Máximo Soto Hall C. A. Faller José Regadas Vertiz Affonso Tóro	Governo Governo Diretoria de Antropologia Secretaria de Fomento
México	Ricardo Gomez Robledo Juan de Dios Robledo Jesus Galindo y Villa Ramon Mena Paulino Machorro y Narvaez Antonio de La Peña y Reyes	Governo Universidade do México Soc. Mexicana de Geografia e Estatística S/informação Ordem Mexicana de Advogados S/informação
Nicarágua	R. J. Kinsman Benjamin	Governo
Panamá	Alonzo Caiado	Governo
Paraguai	Modesto Guggiari	Governo
Peru	Clemente Rice José de la Riva Agüero Pedro Dulanto	* * Univ. de San Marcos
Suiça	Albert Gertsch	Governo
Uruguai	José Salgado Carlos Travieso	Governo Governo
Venezuela	Diego Carbonell B. Tavera-Acosta Henry de Sola	Governo

Fonte: Quadro elaborado a partir dos Anais do Primeiro Congresso Internacional de História da América.

Notas

¹Max Fleiüss, “Congresso Internacional de História da América”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 92 (146): 582, 1922.

²Philip H. Coombs, *The fourth dimension of foreign policy: educational and cultural affairs*, 1964, apud Monica Lessa, *L'influence intellectuelle française au Brésil: Contribution à l'étude*

d'une politique culturelle (1886-1930). Thèse pour le doctorat en Histoire. Paris: Université de Nanterre Paris X, 1997, p.47. Ver, ainda, Louis Dollot, *Les relations culturelles internacionales*. Paris: PUF, 1968, p.28.

³Edgard Telles Ribeiro, *Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

⁴Lucia Maria P. Guimarães, *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: da Escola Palatina ao Silogeu*. Tese de Professor Titular. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000. p. 27 (mimeo).

⁵Cf. Anne Rasmussen, “Congrès Internationaux”. In: Jacques Julliard & Michel Winock (dir), *Dictionnaire des intellectuels français. Les personnes. Les lieux. Les moments*. Paris: Éditions du Seuil, 1996, p.305-306.

⁶Ver, dentre outros, Clodoaldo Bueno, “Da Pax Britannica à hegemonia norte-americana”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 10 (20): 231-250, 1997. Ver, também, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, *Rio Branco e as fronteiras do Brasil: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco*. Brasília: Senado Federal, 1999. Nanci Leonzo, “A gaveta do Barão”. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, 391: 351-359, abril/junho de 1996.

⁷Lucia Maria P. Guimarães, “Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial”. *Revista do IHGB*, 388 (156): 518-523, julho/setembro de 1995.

⁸Na cartografia dos intelectuais oitocentistas, o Império representava uma “ilha” de ordem e tranquilidade, cercada pela *barbárie* das repúblicas vizinhas, produtos da “anarquia” e dos “furores democráticos”, que fracionaram a América Espanhola. Ver, Manuel Luís Salgado Guimarães, “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1 (1): 6-7, 1988.

⁹Cf. IHGB, Artigo 7º, “Regulamento Geral do I Congresso Internacional de História da América”. *Anais do Congresso Internacional de História da América*, Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, tomo especial, 1925, vol.1, p. 15.

¹⁰Afonso Celso, “Discurso de abertura do Congresso Internacional de História da América”. *Anais do Congresso Internacional de História da América*. Idem, p. 44

¹¹Arquivo do IHGB, Dunshee de Abranches, “O ABC e a política americana”. *Coleção IHGB*. 148, 4-6.

¹² Cf Gilberto Amado e Otávio Brandão apud Wilson Martins, *História da inteligência brasileira*, São Paulo: Cultrix; EDUSP v.5, p. 155-157.

¹³Formavam a Comissão Executiva, quarenta e dois associados, destacando-se, os estrangeiros, John Casper Branner, Ramon J. Carcano, Julio Fernandez e Lucas Ayarragaray. Dentre os nacionais, salientavam-se B. F. de Ramiz Galvão, Epitácio Pessoa, José Vieira Fazenda, Max Fleiüss, Manuel Cícero Peregrino, Manuel de Oliveira Lima, João Pandiá Calógeras, Norival Soares de Freitas, Olympio Viveiros de Castro, Alfredo Valladão, Edgard Roquette Pinto, Barão de Studart, José Carlos Rodrigues, Afonso d’Escragnolle Taunay e Afonso Arinos de Melo Franco.

¹⁴Estados Unidos, México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Venezuela, Equador, Peru, Bolívia, Brasil, Paraguai, Chile, Argentina,

Uruguai, Cuba, República Dominicana, Haiti, Domínio do Canadá, Guiana Inglesa, Guiana Francesa, Guiana Holandesa, Honduras Britânica, colônias insulares inglesas, francesas, holandesas e dinamarquesas na América.

¹⁵Ver “Regulamento Geral do Congresso Internacional de História da América”. *Anais do Congresso Internacional de História da América*, Rio de Janeiro: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo especial, 1925, v.1, p. 13-18.

¹⁶Marly da Silva Motta, *A nação faz cem anos: A questão nacional no centenário da Independência*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas: CPDOC, 1992, p. 81.

¹⁷Cf. Rodolfo Garcia, “Catálogo dos livros, folhetos, documentos, retratos, bustos, máscaras, etc. pertencentes à Biblioteca, Arquivo e Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. IHGB, *O Ano da Independência*. Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*. Tomo Especial, 1922, p.475-527

¹⁸Ver no quadro anexo a relação dos participantes estrangeiros e as respectivas filiações institucionais.

¹⁹Cf. Sobre Ernest de Martinenche, ver “Prefácio da edição francesa”. In: Oliveira Lima, *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p.17-20.

²⁰Ricardo Levene, “Discurso na primeira sessão plena de 12 de setembro de 1822”. *Anais do Congresso Internacional de História da América*. Op. cit., vol. I, p. 47.

²¹Ver, a esse respeito, Yamila Laura Kiriápulos, *Nação e história: Bartolomé Mitre, Francisco Adolfo de Varnhagen e a fundação da historiografia moderna na Argentina e no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999, p. 84-88.

²²Cf. *Anais do Congresso Internacional de História da América*, Rio de Janeiro: *Revista do IHGB*, tomo especial, 1925, v.1, p. 57.

²³Idem, p.55.

²⁴Idem, p.239.

²⁵Veja-se, por exemplo, Ramon Mena, “Las exploraciones arqueológicas en Mexico”. Idem, p. 541-572. Ou, então, Robert Lehmann Nitsche, “El altar mayor del templo del Sol en el Cuzco”. Idem, p. 851-862.

²⁶José Salgado, “El Uruguay y la doctrina del arbitraje amplio”. Idem, v. 2, p. 153-198.

²⁷Cf. Herbert Harris. Idem, v. 1, p. 247.

²⁸Percy Alvin Martin, “Minas Gerais and Califórnia: a comparison of certain phases of their historical and social evolution”. Idem, ibidem, p.250-270.

²⁹Mary Wilhelmine Williams PhD, “The treatment of negro slaves in the Brazilian Empire: a comparison with the United States of America”. Idem, ibidem, p.270-292

³⁰Idem, p.291.

³¹Andrew Clevon, “James Watson Webb, United States Minister to Brazil (1861-1869)”. Idem. ibidem. p.293-394.

³²Ver, Charles Lyon Chandler, “Commercial relations between United States and Brazil (1798-1812)”. Idem, ibidem, 395-414.

- ³³ Cf. Roberto Levene, “Tratado de comercio franco entre el Brasil y el vorreynato del rio de la Plata, em 1808”. Idem, *ibidem*, p. 449-454.
- ³⁴ Cf. Mariano de Vedia y Mitre, “El Brasil e Caseros”. Idem, *ibidem*, p. 255-268.
- ³⁵ Pedro Calmon, “A América não pode viver de sua própria história”. *Anais do Congresso Internacional de História da América*. Op. cit., v. 5, p.505-525.
- ³⁶ Ver, por exemplo, Lucas Alexandre Boiteux, “A Marinha Nacional na campanha da Cisplatina (1825-1828)”. *Anais do Congresso Internacional de História da América* Op. cit., v. VII, p.155-209. Emílio Fernandes de Sousa Docca, “O Exército nas campanhas platinas”. Idem, p. 213-274. Raul Tavares, “A Marinha Brasileira na Guerra do Paraguai”. Idem, p.455-568. Dídio Fortes, “Barroso, Tamandaré e Inhaúma”. Idem, p. 569-618.
- ³⁷ Ver, Gregório Taumaturgo de Azevedo, “História do rio Paraguai”, op. cit. v. V, p. 117-190, e Henrique de A. Santa Rosa, “História do rio Amazonas”, idem, p. 191-190.
- ³⁸ Cf. Pereira da Silva J. M., *História da fundação do Império Brasileiro*. Rio de Janeiro: Granier; Paris: Auguste Durand, 1896,. v. VII, p. 334.
- ³⁹ IHGB, “Anexos à ata da 2ª sessão plena”. Idem, p. 168-169.
- ⁴⁰ Cf. Charles-Victor Langlois & Charles Seignobos, *Introduction aux études historiques* (Préface de Madeleine Rebérioux). Paris: Éditions Kimé, 1992.
- ⁴¹ Ver, Georges Duby & Philippe Ariès (org.) *História da vida privada*. São Paulo: Cia das Letras, 1990, 5 vol.
- ⁴² Cf. Roger Chartier, *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 63-64.
- ⁴³ Ver, Ronaldo Vainfas, “História das mentalidades e história cultural”. In: _____ & Ciro Flamarion Cardoso, *Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia*. Op. cit. p. 131.
- ⁴⁴ Patrick Hutton, *History as an art of memory*. Hanover & London: University Press of New England, 1993, p. xxi.
- ⁴⁵ IGHB, *Assembléia Inaugural do Instituto Pan-americano de Geografia e História*. Rio de Janeiro: IHGB/Imprensa Nacional, tomo especial, 1933, vol. I, p.5.
- ⁴⁶ Estêvão C. de Rezende Martins, “O Projeto da UNESCO para uma História geral da América Latina e sua relevância para o processo da construção da identidade”. In: Jaime de Almeida (org.), *Tendências e contornos de um campo historiográfico*. Brasília: ANPHLAC, 1998, p.51-61.
- ⁴⁷ De acordo com Estêvão Rezende Martins, respondem pela organização da obra os seguintes historiadores: volume I – Las sociedades originárias: Teresa Rojas (México) e John Murra (USA); II – El primer contacto y la formación: Franklin Pease (Peru) e Franklin Moya Pons (República Dominicana); III – Consolidación del orden colonial: Alfredo Castellero Calvo (Panamá) e Allan Kuethe (USA); IV Procesos americanos hasta la redefinición colonial: Enrique Tandeter (Argentina) e Jorge Hidalgo Lehuede (Chile); V – La crisis estructural de las sociedades implantadas: German Carrera Damas (Venezuela) e John Lombardi (USA); VI – La construcción de las naciones latinoamericanas: Josefina Vázquez (México) e Manuel Miño Grijalva (Equador); VII – Los proyectos nacionales latinoamericanos : su instrumentación y

articulación: Enrique Ayala Mora (Ecuador) e Manuel Moreno Fraginals (Cuba); VIII — América Latina desde 1930: Marco Palácios (Colômbia) e Esperanza Durán (México); IX — Teoría y metodología en la história de América Latina: Herbert Klein (USA) e Estêvão de Rezende Martins (Brasil). Idem, p. 59.

⁴⁸ Idem, p.60.

⁴⁹ Idem, ibidem.

⁵⁰ Cf. UNESCO, *História Geral da América Latina*, edição preparada por Teresa Rojas Rabiela e John Murra. Paris: Editions Trutta: UNESCO Publishing, 2000. O livro apresenta um capítulo introdutório, que esboça as características regionais do meio ambiente americano, em seguida descreve o processo de povoamento da área. As partes subseqüentes abordam a demarcação das fronteiras entre as duas grandes áreas da região: América Central e América do Sul, focalizando os desenvolvimentos regionais desde os primeiros estágios até o contato com a sociedade européia.

Resumo

O artigo aborda o I Congresso Internacional de História da América, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no Rio de Janeiro em 1922, a propósito de celebrar o centenário da Independência. A reunião científica congregou pesquisadores de todas as partes do continente americano. Mais do que examinar suas atividades acadêmicas, pretende-se analisar a contribuição do evento à política de aproximação do Brasil com outras nações do continente, por meio da diplomacia cultural.

Palavras-chave: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Congresso Internacional de História da América, Cultura histórica, Diplomacia cultural.

Abstract

This paper examines the I International Congress of History of the America, promoted by Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Brazilian Historical and Geographic Institute), in Rio de Janeiro, September, 1922, to celebrate Brazilian independence centennial one. The scientific event congregated searches from all American countries. More than to examine the Congress academic activities, the article intends to analyze its contribution to the Brazilian political efforts to approach with other nations of the continent, by means of the cultural diplomacy.

Keywords: Brazilian Historical and Geographic Institute, International Congress of History of the America, Historical culture, Cultural diplomacy.

(recebido em novembro de 2004 e aprovado em fevereiro de 2005)